

RESUMO EXPANDIDO

Área Temática: Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Ambiental

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A
SUSTENTABILIDADE DO MEIO AMBIENTE**

Marieli Vieira*

Thais Andreia Araújo de Souza**

Resumo: Este trabalho busca apresentar argumentos de contradição entre o modo capitalista de produção e a sustentabilidade do desenvolvimento. Neste sentido, são apresentados diversos pontos abordados internacionalmente na preocupação com o meio ambiente e características do capitalismo que contrastam com essa preocupação. Percebe-se que a ideia de desenvolvimento sustentável não se encaixa na perspectiva de crescimento econômico do modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Crescimento Econômico. Modo de Produção Capitalista.

1 INTRODUÇÃO

Tem tomado grande espaço na mídia e nas discussões acadêmicas nas últimas décadas a questão ambiental, desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, e o Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum – em 1987, onde se desenvolveu o conceito de desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável foram sendo trabalhados ao longo dos anos no sentido de vincular a proteção do meio ambiente às questões econômicas, Mas o modo de produção dominante não tem se mostrado um grande amigo da proteção do meio ambiente.

Apesar da defesa que o capitalismo está em busca da sustentabilidade e de que têm condições de criar tecnologias para reverter a degradação ambiental causada, é questionável se o capitalismo é capaz de ser acompanhado da sustentabilidade. Para tanto, o objetivo deste estudo é apresentar argumentos de contradição entre o modo de produção capitalista e o desenvolvimento sustentável.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A questão ambiental tem tomado cada vez mais importância internacional e os governos têm se preocupado com os problemas ambientais. O conceito de desenvolvimento sustentável mais difundido foi criado na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) e apresentado no Relatório Brundtland, também conhecido como relatório “Nosso Futuro Comum”,

* Doutoranda PPGE/UFRGS. E-mail: marihvieira18@gmail.com.

** Doutoranda em PPGE/UFRGS e Professora colaboradora DCO/UEM. E-mail: thaisandreiiaa@gmail.com.

segundo o qual, este “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (BARBOSA, 2008).

No Relatório Brundtland, fala-se sobre a pobreza generalizada ser evitável e que o desenvolvimento deve também possibilitar a melhora da qualidade de vida das pessoas. O relatório afirmou ainda a pobreza como um problema ambiental, devendo ser uma preocupação na busca da sustentabilidade. A partir deste relatório o mundo percebeu que seria necessária a busca de uma nova forma de desenvolvimento, buscando, além da melhoria econômica, também atender uma preocupação ambiental e a social.

Em 1986, a carta elaborada durante a Conferência de Ottawa já estabelecia alguns preceitos que possibilitariam o desenvolvimento sustentável, entre eles: manutenção da integração ecológica; satisfação das necessidades básicas humanas; alcance da equidade e justiça social; integração da conservação e do desenvolvimento; provisão de autodeterminação social e diversidade cultural (DE OTTAWA, 1986).

Para a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento os objetivos que derivam desse conceito se relacionam com crescimento da cidade e objetivam o uso racional dos recursos naturais inseridos nas atividades produtivas, entre eles: crescimento renovável; mudança de qualidade do crescimento; satisfação das necessidades essenciais; conservação e proteção da base de recursos; reorientação da tecnologia e do gerenciamento de risco; reorientação das relações econômicas internacionais (CMMAD, 1991).

Após essa mudança na forma de pensar o desenvolvimento, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, se delinearam bases para compromissos ambientais de regulamentação. No ano de 2012, na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, Rio +20, foram ajustados passos para enfrentamento dos desafios globais que envolvem o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente, os quais o Brasil também enfrenta (GAETANI *et al.*, 2012).

Já na Conferência de Estocolmo, em 1972, falava-se sobre a incompatibilidade do crescimento econômico, desenvolvimento e meio ambiente. E antes mesmo, em meados da década de 1960, o Clube de Roma mencionava as consequências do crescimento desenfreado para os recursos naturais limitados (DALLA LIBERA, CALGARO e ROCHA, 2020).

Furtado (1974) menciona que foi no Clube de Roma que se deixou para trás a preocupação com a exploração dos recursos naturais do mundo pelos países industrializados, nem com os resultados disso para os demais países. Porém, foi aí que se fomentou a hipótese de que o colapso do sistema econômico mundial viria a ocorrer se o modo de vida dos países ricos se universalizasse, tamanha seria a poluição ambiental e a pressão sobre os recursos não renováveis.

Para a sobrevivência, a sociedade se organiza em torno de um modo de produção, sob o qual consegue e produz as coisas. Hoje o modo de produção dominante é o capitalismo (DALLA LIBERA, CALGARO e ROCHA, 2020).

São as relações de produção que compõem o modo de produção que distinguem um modo de produção dos outros, determinando qual será dominante (HARNECKER, 1978), ou seja, como se dá a relação entre o trabalho e o capital (GUARESCHI, 1986).

O capitalismo no dicionário é definido como:

Influência ou supremacia do capital; organização econômica em que as atividades de produção e distribuição, obedecendo aos princípios da propriedade privada, da competição livre e do lucro, produzem uma divisão da sociedade em duas classes antagônicas, porém vinculadas pelo mecanismo do mercado: a dos possuidores dos meios de produção e a do proletariado industrial e rural. (...) (MICHAELIS ONLINE, 2020).

O objetivo principal do sistema capitalista é o capital, e este influencia as esferas econômicas, sociais e culturais. A monetarização da vida permite que valores éticos e sociais sejam muitas vezes deixados para trás na busca de lucros (BRITO, 2017).

O capitalismo é, então, o meio de produzir a vida pelas relações de produção, reunindo três elementos principais, conforme Dalla Libera, Calgato e Rocha (2020): “a propriedade privada dos meios de produção, o mercado de trabalho e a troca de produtos num mercado visando ao lucro”.

O capitalismo com sua busca incessante por lucros e acumulação tem gerado uma grande degradação do meio ambiente e do ser humano. A busca pelo acúmulo e a exploração está fazendo parte da sociedade, no seu inconsciente, visto que a intimação ao consumo torna a sociedade escrava desse modo de viver e qualquer mudança de comportamento requer um esforço muito grande (BRITO, 2017).

3 O PARADOXO ENTRE CAPITALISMO E MEIO AMBIENTE

Ao crescimento econômico se associa o desenvolvimento econômico e também a resolução de problemas sociais e ambientais. Mas muitas vezes se desconsidera que o mesmo crescimento econômico traz inúmeros prejuízos ao planeta e ao próprio ser humano (STRELOW *et al.*, 2015).

A acumulação de capital, buscada pelo capitalismo, é baseada no consumo de recursos renováveis e não renováveis disponíveis na natureza. O desenvolvimento do capitalismo deu-se principalmente no uso de recursos não renováveis, cuja renovação pode nunca acontecer e cujo processo reduz a disponibilidade de energia para a produção futura (STRELOW *et al.*, 2015).

Como afirma Klein (2015), diante da crise ambiental que ameaça a existência humana, continua-se fazendo a mesma coisa que nos trouxe até aqui, apostando no uso de combustíveis fósseis de fontes cada vez mais sujas e perigosas.

Altos níveis de consumo são incentivados no mundo todo com o intuito de alimentar o crescimento econômico. É justamente esse nível de consumo frenético e indiscriminado que não deve mais ser o objetivo do sistema e deve sim ser reduzido. É o que muitas pessoas têm tentado fazer, porém é visível que hábitos isolados não irão atingir a escala que fará com que se reverta a crise ambiental. São necessárias atitudes por parte dos governantes que façam escolhas para todos, políticas e programas ampliem os hábitos de menor consumo ao invés de sacrificar alguns pelo consumo excessivo dos outros (KLEIN, 2015).

Como já mencionado, aos moldes do capitalismo, não parece ser possível que se espalhe pelo mundo, pois exige um alto nível de consumo energético e material. Crítica ao ideal de crescimento dos países ricos, pois não é possível que um país melhore sem colocar em piores condições outros países (ALTVATER, 1995).

As demandas expostas no relatório Brundtland, como limitação do crescimento populacional, garantia de recursos básicos de longo prazo, preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes de energia renováveis, entre outros (CMMAD, 1991), parecem um devaneio e fazem com que somente políticas públicas não sejam suficientes para atingir as mínimas mudanças necessárias (DALLA LIBERA, CALGARO e ROCHA, 2020).

Altvater (2010) acrescenta ao argumento de que o limite externo do desenvolvimento capitalista estar próximo de ser atingido o fato de que os custos de redução da poluição causada por ele e tratamento das emissões geram a redução da margem de lucros, indo de encontro ao objetivo principal do modo de produção capitalista. Dessa forma, é discutível a disponibilidade ou interesse do capital em proteger o meio ambiente.

A economia de mercado permitiu o avanço da sociedade, mas ao mesmo tempo permitiu que tudo fosse valorado pelo seu valor econômico, até mesmo os bens que não são compatíveis com valoração financeira (BRITO, 2017). A Lei nº 6.938/1981 prevê o princípio do poluidor pagador, a qual atribui aos poluidores custos correspondentes às atividades poluentes que são destinados aos reparos dos danos causados ao meio ambiente. Mas a contraprestação financeira imposta aos poluidores muitas vezes compensa (DALLA LIBERA, CALGARO e ROCHA, 2020).

Dentre os argumentos apresentados, percebe-se que há dificuldade na existência de sustentabilidade ambiental, pois o modo de produção capitalista que é dominante na sociedade atual se baseia na exploração e esgotamentos dos recursos naturais, ações que caminham na contramão à ideia de sustentabilidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos apontados como contraditórios nos fazem pensar que é pequena a probabilidade de que o crescimento econômico do sistema capitalista possa ocorrer juntamente com o respeito à natureza, pois o processo de acumulação se baseia em excessiva exploração da natureza e elevação desenfreada do consumo.

A ideia de desenvolvimento sustentável parece não ser muito apropriada, uma vez que ao invés de se levarem em conta os direitos da natureza, disfarça-se a situação com a oferta de alternativas que não são eficientes em superar as contradições, principalmente ambientais.

REFERÊNCIAS

- ALTVATER, E. O preço da riqueza. **São Paulo:** Editora Universidade Estadual Paulista, 1995.
- ALTVATER, E. O fim do capitalismo como o conhecemos: uma crítica radical do capitalismo. **Rio de Janeiro:** Civilização Brasileira, 2010.
- BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, v. 4, n. 1, p. 1-11, 2008.
- BRITO, N. B do V. Capitalismo, meio ambiente e bioética: é possível alcançar a sustentabilidade?. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 190, p. 136-149, 2017.
- CMMAD. “Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento)” Nosso Futuro Comum. **Rio de Janeiro:** FGV, 1991.
- DALLA LIBERA, G. CALGARO, C. ROCHA, L. S. A Insustentável Sustentabilidade Do Capitalismo. **Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas**, v. 20, n. 38, p. 137-155, 2020.
- DE OTTAWA, A. CARTA. A Promoção da Saúde. In: **1ª Conferência Internacional, Canadá**. 1986. p. 17-21.
- FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 1974.
- GAETANI, F. *et al.* (Org.) O Brasil na agenda internacional para o desenvolvimento sustentável: um olhar externo sobre os desafios e oportunidades nas negociações de clima, biodiversidade e substâncias químicas. **Tradução de John Morris**, 2012.
- GUARESCHI, P. A sociologia crítica: alternativas de mudança. 8 ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1986.
- HARNECKER, M. O capital: conceitos fundamentais. São Paulo: Global, 1978.
- KLEIN, N. **This changes everything: Capitalism vs. the climate**. Simon and Schuster, 2015.
- MICHAELIS ONLINE. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: dez. 2020.
- STRELOW, D. R. et al. Considerações Sobre Crescimento Capitalista e Meio Ambiente: Uma Contradição Anunciada. **I Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, p. 424-428, 2015.